

Acessibilidade em disciplinas de telejornalismo para uma pessoa com deficiência (PCD)¹

Ingrid Pereira de ASSIS²
Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO

RESUMO

Analisar a integração de uma pessoa com deficiência (PCD) nas disciplinas de Oficina de Telejornalismo e Telejornalismo II, ministradas no curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), é o objetivo principal deste artigo. Para isso, parte-se de uma contextualização sobre a assimilação social dos PCDs, focando no âmbito da educação, para, posteriormente, construir um relato de uma experiência vivenciada no ensino de telejornalismo. Dessa forma, este artigo traz uma sistematização das estratégias pedagógicas bem sucedidas e aponta superações das dificuldades identificadas ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Metodologicamente, ampara-se em uma análise descritiva das atividades desenvolvidas e em duas entrevistas semi-estruturada com o estudante PCD, a fim de coletar as suas impressões e trazê-lo de forma mais ativa para o debate acerca das suas necessidades.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa com deficiência; Telejornalismo; Oficina de Telejornalismo, Telejornalismo II.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva analisar a integração de uma pessoa com deficiência em disciplinas da área de telejornalismo, ministradas no curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Para isso, sistematizou-se as estratégias didáticas acionadas para permitir a acessibilidade do estudante ao conteúdo e aos conhecimentos construídos, ao longo do processo de ensino e aprendizagem, das disciplina de Oficina de Telejornalismo (optativa) e Telejornalismo II (regular), que fazem parte do eixo de prática laboratorial.

Com relação aos procedimentos metodológicos para atingir este objetivo, a investigação se baseia em uma análise descritiva, elencando as atividades desenvolvidas e identificando, a partir do andamento e execução dos projetos práticos, os pontos

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo do XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente do curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT); doutora em Jornalismo, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com doutorado sanduíche pela Universidade de Aveiro (Portugal); mestra em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e bacharel em Comunicação Social – Hab. Jornalismo, também pela UFMA. E-mail: ingrid.assis@mail.uft.edu.com.

positivos e negativos com relação à acessibilidade do referido estudante. Ademais, aplicou-se duas entrevistas semi-estruturadas com o acadêmico, a fim de coletar as suas impressões e aproximá-lo do debate desenvolvido neste artigo acerca das suas necessidades.

Sendo assim, primeiramente, apresenta-se uma contextualização sucinta acerca da inserção de pessoas com deficiência na sociedade e no ambiente universitário, mas que é necessária para a compreensão do panorama no qual tais observações foram realizadas. Em um segundo momento, parte-se para uma as orientações institucionais acerca da acessibilidade, bem como para uma descrição das disciplinas e das atividades que foram desempenhadas pelo estudante. Por fim, alinhavam-se as estratégias desenvolvidas com as percepções da docente (e autora deste artigo) e do discente, coletadas em duas entrevistas, realizadas após o encerramento de cada disciplina.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO

“Nothing about us without us”. Com esta máxima, que pode ser traduzida como “nada sobre nós sem a nossa participação”, a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que ocorreu em setembro de 2006, estabeleceu a nomenclatura “pessoa com deficiência” (PCD) como designação adequada, para que, inclusive, fossem abandonadas expressões colocavam esses indivíduos como meros coadjuvantes na vida social.

Esta decisão é apenas uma entre várias tomadas e que refletem um processo longo de ruptura com relação às políticas de cunho tutelar e assistencialista, que historicamente subjugavam as pessoas com deficiência, relegando-as à meras coadjuvantes em decisões políticas que lhes diziam respeito diretamente. O que compeliu a ONU a alterar o conceito foi o alcance da percepção que:

(...) a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (FONSECA, 2012, p. 48).

Gradualmente, a sociedade e as instituições, especificamente, passaram a debater mais e com profundidade as questões relativas à acessibilidade e à integração de PCDs nos mais distintos espaços sociais. A partir da profusão desses debates, cria-se a Lei nº 13.146/2015, ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto

da Pessoa com Deficiência, pois visa garantir os direitos das pessoas com deficiência. Vale ressaltar que todas essas mudanças foram conquistas graduais e não ocorreram com a celeridade necessária. Só a tramitação desta lei, por exemplo, durou 15 anos. Ao fim de todo esse processo, ela versa que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas³ (BRASIL, 2015, s/p).

Esta lei se baseia na já mencionada Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Isso a tornou o primeiro tratado internacional de direitos humanos incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro, com o status de Emenda Constitucional. Seu objetivo é auxiliar na diminuição das barreiras que uma pessoa com deficiência encontra ao longo de sua existência.

Quanto às mencionadas “barreiras”, a LBI as define como, qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (FERREIRA, 2020, p. 20).

Nota-se, a partir desta explicação, o quanto é relevante o acesso de pessoas com deficiência aos diferentes níveis educacionais para que exerçam sua liberdade de expressão, comunicação e informação. Para que este acesso ocorra, as diferentes instâncias e instituições devem atuar de forma hercúlea na eliminação das barreiras existentes ou que venham a surgir ao longo de todo o processo formativo. Patrícia Muccini (2017) ressalta que a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) são instrumentos fundamentais na garantia do direito à educação desses indivíduos. Ao assegurarem melhores condições de escolarização na etapa da Educação Básica, tais regulamentos impulsionam a presença das pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Desse modo, a presença das PCDs no ambiente universitário abre espaço para o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, que contribuam de forma

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=no%20plano%20interno.,Art.,condi%C3%A7%C3%B5es%20com%20as%20de-mais%20pessoas. Acesso em 19 de março de 2022.

adequada e ativa na construção de uma sociedade mais inclusiva, pensando espaços e possibilidades para todos os corpos. Em suma, refletindo não apenas sobre, mas com pessoas com deficiência, seguindo a premissa “Nothing about us without us”.

Sasaki (2007) organiza em quatro momentos históricos a abordagem com relação às pessoas com deficiência, a partir das práticas sociais vigentes:

a) O primeiro, que compreende da Antiguidade até o início do século XX, foi marcado pela exclusão.

b) No segundo, que durou de 1920 a 1940, a principal característica foi a segregação.

c) A partir do terceiro momento, entre 1950 e 1980, percebe-se um movimento de integração dessas pessoas na sociedade.

d) Por fim, o quarto e último momento, com início na segunda metade da década de 1980, sobretudo, em países economicamente mais desenvolvidos, é caracterizado, finalmente, pelo processo de inclusão.

Esta inclusão tem como premissa a elaboração de uma sociedade que seja adequada a todas as pessoas.

Inclusão, como paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos – com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2009, p. 1).

Explicitado tudo isto, segue-se para o detalhamento do processo de inclusão de PCDs dentro da Universidade Federal do Tocantins, mais especificamente, no âmbito do curso de Jornalismo, para, posteriormente, detalhar a concretização disto nas disciplinas de Oficina de Telejornalismo e Telejornalismo II. Ademais, tais informações serão articuladas às estratégias pedagógicas e às percepções do estudante, a partir das entrevistas realizadas, pois, como já foi destacado e conforme frisa Sasaki (2009), é preciso trazer a pessoa com deficiência para o centro do debate acerca da sua vivência e seu entorno.

CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DAS DISCIPLINAS

Em 2018, o Censo da Educação registrou que 232 pessoas com deficiência estudavam na UFT. Isso representava 1,4% do número total de matriculados no período de aplicação da pesquisa. A universidade tinha, ainda, 14 docentes com deficiência, ou

seja, 1,16% do total de professores da instituição. Na atualidade, o curso de jornalismo da UFT conta com seis alunos com deficiência, estando um deles com a matrícula trancada. Este artigo aborda, especificamente, a experiência desenvolvida com o discente Matheus Araújo Amorim, de 25 anos, que cursa o 8º período, durante as disciplinas de Oficina de Telejornalismo, que é optativa e foi ministrada nas férias, e Telejornalismo II, que é uma disciplina regular e foi realizada entre os meses de março e julho de 2022. Matheus Amorim apresenta múltiplas deficiências, precisando de uma cadeira de rodas e do auxílio de seu avô para locomoção.

As duas disciplinas fazem parte do eixo de prática laboratorial, que segundo o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de Jornalismo,

Tem por objetivo desenvolver conhecimento e habilidades inerentes a profissão a partir da aplicação de informações e valores, integrando os demais eixos, alicerçados em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro reportagem, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros (UFT, 2015, p. 44).

Oficina em Telejornalismo possui uma carga horária de 30h e foi ofertada em fevereiro de 2022, marcando, inclusive, o retorno do oferecimento de disciplinas presenciais, após dois anos de realização de disciplinas apenas no sistema remoto, por causa da pandemia da Covid-19. Isso fez com que seu contexto de realização fosse mais complexo, tendo em vista que toda a estrutura tecnológica e laboratorial da universidade tinha ficado parada durante quase dois anos. Equipamentos básicos para o desenvolvimento das atividades, tais como as ilhas de edição e os teleprompters (TP), precisaram passar por uma manutenção. Até mesmo a instalação elétrica do complexo laboratorial teve que ser revisada, com a disciplina já em andamento. Isso atrasou algumas atividades práticas, que tiveram que ser ajustadas durante sua realização.

A ideia de ofertar esta optativa nas férias surgiu da percepção de que muitos estudantes, ao longo dos dois anos de pandemia, não tiveram oportunidade de colocar em prática os conhecimentos aplicados da área de telejornalismo. Ainda assim, esta oferta de férias contou com poucos estudantes: um total de cinco matriculados, mas apenas três participaram efetivamente da disciplina do começo ao final, dentre eles, Matheus Araújo Amorim. Para que pudesse frequentar as aulas durante esse período, a universidade disponibilizou um carro com motorista para o transporte do Matheus e seu avô, que o acompanha nas atividades universitárias.

Ao longo do mês de fevereiro de 2020, foram realizadas nove aulas presenciais, sendo três semanais, às terças, quartas e quintas-feiras. Embora, o PPP do curso não aponte o objetivo geral da disciplina, por ser uma optativa, seguiu-se a ementa, que versa que a disciplina deve ter uma “Abordagem prática visando à produção de conteúdos jornalísticos para a televisão aprofundando determinados gêneros e formatos” (UFT, 2015, p. 189), para estabelecer como objetivos: possibilitar ao discente a compreensão acerca das definições dos conceitos de reportagem e notícia no telejornalismo, permitir ao estudante a identificação das diferenças entre os diversos formatos, fornecer embasamento prático e teórico sobre a sistematização dos gêneros telejornalísticos e proporcionar ao discente exemplos, que demonstrem as particularidades dos diferentes formatos e gêneros telejornalísticos na contemporaneidade. A partir disso, foi proposto que cada estudante desenvolvesse três produtos práticos: uma notícia para telejornal ou *stand upper*, uma agenda cultural e um mapa tempo. Inicialmente, a ideia era compor um protótipo de telejornal, ao final da disciplina, mas, dados os ajustes técnicos na estrutura laboratorial e problemas enfrentados, adaptou-se as projeções com relação aos produtos elaborados.

Já Telejornalismo II foi ministrada no semestre 2022.1 e consiste em uma disciplina do 6º período, com carga horária de 60h, sendo todas elas voltadas à prática. Ela tem como pré-requisito a disciplina de Telejornalismo I, também de 60h, que tem um viés teórico. Ao todo, foram 18 encontros presenciais, realizados às segundas-feiras pela manhã. O objetivo geral desta disciplina, apontado no PPP, é “Capacitar o aluno para a prática da produção do telejornalismo em diferentes mídias” (UFT, 2015, p. 136). A partir disso, estabelece como ementa:

Conceito e estrutura da produção dos programas jornalísticos para televisão, reportagens especiais e videodocumentários. Noções fundamentais de técnicas de roteiro, produção e edição de formatos audiovisuais jornalísticos. Apresentação e produção de programas jornalísticos para televisão e suportes auxiliares (UFT, 2015, p. 136).

É importante frisar que, quando esta disciplina foi iniciada, os problemas técnicos, vivenciados na realização da oferta de férias, tinham sido parcialmente sanados. Ainda faltavam equipamentos de iluminação mais adequados, cartões, cabos e uma estrutura de estúdio mais robusta, com cenário físico de telejornal, por exemplo. Ainda assim, os estudantes conseguiram colocar em prática a produção de reportagens, gravações no estúdio e exercitar diferentes formatos telejornalísticos, utilizando tanto

equipamentos da universidade quanto da professora, conforme poderá ser melhor detalhado no próximo tópico.

ANÁLISE DAS DISCIPLINAS EM TERMOS DE ACESSIBILIDADE

Metodologicamente, as duas disciplinas se basearam em exposições orais dialogadas, a partir de uma perspectiva ativa, casadas às atividades práticas, realizadas no laboratório de Redação, no estúdio do Complexo Laboratorial de Jornalismo e na externa, dentro do espaço físico da universidade e fora, no Espaço Cultural José Gomes Sobrinho. Todas as atividades práticas foram ancoradas em reflexões teóricas sobre o tema. A ideia era familiarizar os estudantes com a práxis telejornalística, estando ela conectada às proposições teóricas.

No decorrer das disciplinas, os estudantes puderam desenvolver pautas telejornalísticas, identificar os diferentes formatos que compõem um telejornal, observar e praticar as diversas funções ocupadas por jornalistas, na realização de um telejornal (produtor, repórter, editor de texto e imagem, cinegrafista etc.) e criar ao menos um produto telejornalístico cada.

A avaliação se deu ao longo das disciplinas sendo, portanto, contínua. Foram observadas as participações dos discentes, por meio de interações e questionamentos espontâneos, bem como seus desempenhos a partir de indagações instigadas pela docente. Além disso, os produtos desenvolvidos nas duas disciplinas também integraram as avaliações.

O discente Matheus Araújo Amorim desenvolveu, na disciplina de Oficina de Telejornalismo, um *stand upper* sobre a volta do Restaurante Universitário, trabalhando em parceria com o estudante Paulo Vítor Gualberto (enquanto cinegrafista), uma agenda cultural, que foi gravada ainda sem teleprompter (TP), e um mapa tempo, já realizado com o auxílio do TP.

O estudante realizou produtos práticos da disciplina, seguindo as orientações, o modelo narrativo de construção textual para televisão (uso a linguagem coloquial), a entonação, a interpretação do texto conforme as informações e acionou, adequadamente, as viradas de câmera e expressões corporais. Alguns desses aspectos podem ser observados no vídeo da Agenda Cultural, disponível aqui:

<https://youtu.be/YfYrt4wc16g>. Observou-se as seguintes dificuldades, a partir da execução das atividades:

- O referido aluno não conseguiu executar alguns exercícios de aquecimento de voz.

- Ainda que tenha acompanhado as instruções com relação à manipulação da câmera e exercitado, com o auxílio do técnico do laboratório, o discente não atuou como cinegrafista na produção dos demais estudantes, durante a disciplina de Oficina de Telejornalismo. As duas câmeras do laboratório apresentam tamanho e peso que inviabilizam o porte adequado do equipamento.

- No processo de edição, o aluno pôde acompanhar o seu material sendo editado, bem como as explicações que antecederam o processo acerca do *software* (Adobe Premiere), no entanto, não editou diretamente nenhum material, dada a dificuldade em manipular o teclado e o mouse, ao mesmo tempo.

Já na disciplina de Telejornalismo II, realizada no semestre posterior à disciplina de Oficina de Telejornalismo, alguns desses problemas puderam ser superados, a partir de adaptações. O estudante pôde, por exemplo, atuar como cinegrafista, com o uso da câmera fotográfica da docente. Trata-se de um modelo da Sony, que filma, admite a entrada de microfone e tem tamanho e peso compatíveis com a manipulação do aluno.

Quanto à edição, foram repassadas opções de aplicativos que poderiam ser utilizados a partir do celular, tendo em vista que o estudante consegue manipular mais facilmente dispositivos móveis com *touchscreen*.

Ademais, nesta disciplina, Matheus Amorim pôde dar continuidade ao desenvolvimento dos conhecimentos narrativos, de locução e interpretação para a televisão. Além de produzir uma reportagem, o estudante fez um *stand upper* sobre a mudança de endereço da editora da UFT, para integrar o programa piloto da disciplina, intitulado Acolá (<https://youtu.be/quR5CTNhKOY>). Notou-se que houve uma melhora no desempenho do estudante, na realização dessas atividades, em comparação com os materiais realizados na disciplina de Oficina de Telejornalismo. A desenvoltura, postura em frente às câmeras e organização das informações para o texto televisivo foram otimizados, ao longo das duas disciplinas. O tempo de realização de cada uma das atividades propostas diminuiu, sobretudo, pela redução da necessidade de repetição das tomadas gravadas.

A partir dessas observações, acredita-se que um trabalho interdisciplinar poderia reduzir ainda mais os problemas identificados. Por exemplo, a presença de um profissional da área de Fonoaudiologia para acompanhar os alunos nos exercícios de aquecimento de voz, trabalhando as suas especificidades, auxiliaria não apenas o Matheus, mas todos os demais discentes. Uma aproximação maior com o setor de Informática, pensando e adaptando *hardwares* e *softwares* para as necessidades dos alunos, seria igualmente relevante para o trabalho desempenhado ao longo do semestre. *Softwares* de edição com uma usabilidade adequada às pessoas com mobilidade reduzida teriam sido extremamente úteis para o aluno em questão, por exemplo, embora as sugestões de aplicativos de edição tenham sanado a necessidade imediata da disciplina. Vale frisar que essa solução provisória dependeu, também, do equipamento do próprio aluno, no caso o smartphone, o que não é o ideal.

Com a experiência de adaptação na disciplina de Telejornalismo II, comprovou-se que uma gama de equipamentos de filmagem que dessem uma flexibilidade maior, tais como câmeras de ação (Ex: GoPro), que são menores e mais leves, além de admitirem vários periféricos (suportes, cases especiais, tripés etc.), possibilitariam filmagens mais dinâmicas e facilitadas, tanto para o Matheus Amorim, quanto para os demais estudantes, visto que podem ser acopladas às bicicletas, capacetes, cadeiras de rodas, dentre outros suportes. Isso ampliaria, inclusive, o leque criativo das produções discentes.

Frisa que, além da percepção docente acerca do desenvolvimento das disciplinas, a visão do estudante sobre as atividades, seu próprio percurso e possíveis melhorias em prol do seu processo de aprendizagem, são fundamentais na construção deste artigo. Para isso, realizou-se duas entrevistas com o Matheus Amorim, com perguntas abertas, objetivando deixá-lo confortável para expressar as suas opiniões, após a finalização de cada um das disciplinas. Na segunda entrevista, além da percepção sobre a disciplina de Telejornalismo II, explorou-se, nos questionamentos, um comparativo entre as disciplinas.

Ao ser questionado o que mais tinha gostado nas duas disciplinas, o estudante destacou nas duas entrevistas que foram os exercícios realizados em frente às câmeras.

Saber como é que faz uma entrevista, como faz uma passagem. Então isso, pra mim, foi muito legal, sabe? O que eu mais gostei de desempenhar é como falar em frente às câmeras, porque às vezes as pessoas acham que eu sou meio desinibido, mas eu estava com medo de falar em frente às câmeras, mas aí

quando a senhora me colocou pra desempenhar, eu gostei muito (AMORIM, 2022).

Na disciplina de Oficina de Telejornalismo, a ausência do TP, durante algumas gravações, impactou nas dificuldades sentidas pelo aluno. Decorar o texto da agenda, que foi gravada sem o auxílio do TP, gerou um desconforto para o aluno. “A minha dificuldade foi não olhar muito para o texto. Assim...falar decorado. Eu queria falar decorado, mas eu estava com muita dificuldade” (AMORIM, 2022). Esse mal-estar diminuiu a partir da realização do Mapa Tempo, no qual se pôde utilizar o TP.

Esses problemas técnicos foram superados ao longo do desenvolvimento da disciplina de Oficina de Telejornalismo e não ocorreram mais na de Telejornalismo II. Ao comparar o desempenho nas duas disciplinas, frisa-se que, na segunda, os estudantes tiveram a oportunidade de produzir material fora da universidade. Foi gravada, por exemplo, uma entrevista em profundidade no Espaço Cultural. Na atividade, o estudante Matheus Amorim realizou gravações dos bastidores e imagens de apoio, com a câmera fotográfica fornecida pela professora. Essa possibilidade de gravar fora da UFT foi destacada pelo discente, ao discorrer sobre as diferenças entre as duas disciplinas: “Meu desempenho foi satisfatório, mas queria ter feito mais matérias fora da UFT” (AMORIM, 2022, s/p).

Sobre a condução da docente à frente da disciplina e o contato com os demais estudantes, Matheus Amorim (2022) frisou que:

A sua condução, professora, foi o principal, porque a senhora me ajudou. Eu pensei que fosse ter muita dificuldade com tele, com vídeo...pra falar. Mas eu acho que me saí bem. E também em relação à interação com os demais estudantes, foi ótimo. Eu gostei quando os meus colegas me ajudaram a editar meu material com o Jorge, pois como eu não sei editar, essa questão ficou um pouco difícil pra mim. Eles editaram pra mim, porque eu não sabia fazer. Eu queria saber editar meu material que eu gravei e como fazer isso de maneira correta.

Nota-se, pelo trecho supracitado, que o problema com o processo de edição foi observado pelo estudante e, então, tentou-se ajustar na disciplina seguinte de Telejornalismo II, mas sem conseguir um resultado mais efetivo por parte do aluno. Ainda assim, Matheus Amorim (2022, s/p) se sente seguro em caso de futuramente adentrar o mundo do trabalho na área específica de telejornalismo: “Me sinto confortável hoje em frente às câmeras. As disciplinas de Telejornalismo me deram

isso”. Este “conforto” foi notado tanto pela docente das disciplinas quanto pelos demais alunos, que ressaltaram isso espontaneamente em vários momentos de gravação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado anteriormente, o objetivo deste artigo era analisar a integração de uma pessoa com deficiência em disciplinas da área de telejornalismo, ministradas no curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), mais especificamente as de Oficina de Telejornalismo e Telejornalismo II. Percebeu-se, com base no relato construído, que foram encontradas limitações estruturais que impactaram no desenvolvimento das disciplinas. Alguns desses problemas foram paulatinamente sanados de modo a possibilitar para o discente em questão uma aproximação mais robusta com o telejornalismo.

Notou-se que o desempenho do estudante nas diferentes funções telejornalísticas foi aprimorado de uma disciplina para a outra. Ademais, frisa-se que a atividade fora da universidade foi muito evidenciada pelo estudante, tanto no decorrer da disciplina de Telejornalismo II quanto na entrevista realizada com o discente após o término do semestre letivo. Avalia-se que isso se deu por permitir ao Matheus Amorim conhecer um novo espaço na cidade e se integrar de forma mais efetiva ao modelo de telejornalismo consumido por ele. Ao final das duas disciplinas, o estudante se sente preparado para iniciar uma atuação no mundo do trabalho nesta área, caso uma oportunidade apareça. Este é um dos aspectos mais importantes, visto que abre margem de inclusão para além do âmbito educacional.

De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), 8,4% da população brasileira acima de dois anos – o que consiste em 17,3 milhões de pessoas – têm algum tipo de deficiência. Vale mencionar, também, que, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, última divulgada até o fechamento deste relato, entre os meios de comunicação mais utilizados (1ª menção) estão: televisão, com 63%; internet, com 26%; e rádio, 7%. Ao compreender a primeira e segunda menção dos 15.050 entrevistados, esses números se elevam para: 89% utilizam mais a televisão, 49% a internet e 30% usam mais o rádio.

Neste contexto, a televisão se mostra um espaço fundamental para a construção de um imaginário social, de identidades e padrões de comportamento. A representação

da realidade é atravessada pela mídia televisiva e, historicamente, ela reforça práticas de ocultação e preconceito com relação a corpos fora do padrão imposto pela sociedade, do. Desse modo, a presença de PCDs em um curso de Jornalismo é um importante avanço para que estes modelos sejam questionados, tensionados e, futuramente, superados. Assim, espera-se que, daqui a alguns anos, possa-se assistir um telejornalismo mais plural, diverso e inclusivo, bem como se almeja uma futura inserção do Matheus Amorim no mundo jornalístico, quiçá telejornalístico, do trabalho.

Por fim, anseia-se, com este artigo, compartilhar experiências, avançar nas práticas em sala de aula e trabalhar ativamente na superação das limitações existentes apontadas, transformando o ambiente de formação dos futuros jornalistas em um espaço mais acolhedor e acessível para todos. Dessa forma, sairão fortalecidos o ensino; o jornalismo, pois se aproximará mais de seus princípios éticos e deontologia; e a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Matheus Araújo. **Entrevista concedida a Ingrid Pereira de Assis**. 19 de mar. de 2022.

AMORIM, Matheus Araújo. **Entrevista concedida a Ingrid Pereira de Assis**. 19 de jul. de 2022.

FERREIRA, Jeanne Michelle Matozinhos de Carvalho. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência na Universidade de Brasília: sentidos de Educação Inclusiva**. 2020. 115 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. O Novo Conceito Constitucional de Pessoa Com Deficiência: um Ato de Coragem. In: FERRAZ, Carolina Valença et al. (Coord.). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Edição Digital. São Paulo: Saraiva. 2012.

MUCCINI, Patrícia. **Estudantes com surdocegueira na universidade: mapeando barreiras e facilitadores que perpassam o processo de inclusão acadêmica**. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. p. 10-16, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão - Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, jul./ago. p. 8-16, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Projeto pedagógico do curso de Jornalismo**. Palmas: UFT, 2015.



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UFPB – 5 a 9/9/2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Projeto pedagógico do curso de Jornalismo**. Palmas: UFT, 2015.